

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE MEDICINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO**

**PAULA KOEHLER TOMBINI**

**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO AMBIENTE  
ESCOLAR: PERSPECTIVA DE NUTRICIONISTAS E EDUCADORES**

**Porto Alegre**

**2021**

PAULA KOEHLER TOMBINI

**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO AMBIENTE  
ESCOLAR: PERSPECTIVA DE NUTRICIONISTAS E EDUCADORES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Comissão de Graduação do curso de Nutrição  
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,  
como requisito parcial e obrigatório para  
obtenção do título de Bacharel em Nutrição.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciana Dias de Oliveira

Coorientadora: Nutricionista MSc Marilene  
Cassel Bueno

Porto Alegre

2021

### CIP - Catalogação na Publicação

Tombini, Paula Koehler  
Desafios da Educação Alimentar e Nutricional no  
Ambiente Escolar: Perspectiva de Nutricionistas e  
Educadores / Paula Koehler Tombini. -- 2021.  
50 f.  
Orientadora: Luciana Dias de Oliveira.

Coorientadora: Marilene Cassel Bueno.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Medicina, Curso de Nutrição, Porto Alegre, BR-RS,  
2021.

1. Educação alimentar e nutricional. 2. Ambiente  
escolar. I. de Oliveira, Luciana Dias, orient. II.  
Bueno, Marilene Cassel, coorient. III. Título.

PAULA KOEHLER TOMBINI

**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO AMBIENTE  
ESCOLAR: PERSPECTIVA DE NUTRICIONISTAS E EDUCADORES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão de Graduação do curso de Nutrição da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Nutrição.

Aprovado em Porto Alegre, \_\_\_\_\_ 2021.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professora Doutora Eliziane Nicolodi Francescato Ruiz  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Doutora Ana Luiza Sander Scarparo  
Universidade Federal de Pelotas

---

Professora Doutora Luciana Dias de Oliveira — Orientadora  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos que fizeram parte, direta ou indiretamente, da minha graduação: a meus colegas e professores que me acompanham desde o início da jornada acadêmica; em especial, às minhas amigas, que me auxiliam e acompanham desde a época do colégio, e às amigas que fiz durante os dois anos de estudos na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Agradeço, também, à minha mãe, por ser tão compreensiva, sempre me motivar e elogiar, e ao meu pai, por toda a ajuda e o suporte necessários nesta reta final da graduação e em todas as fases da vida. Sem vocês, eu não teria alcançado este sonho. Às minhas avós, que se fizeram presentes durante toda minha vida e sempre ocuparam um espaço muito importante na minha formação, obrigada.

Agradeço a todos os professores maravilhosos, extremamente competentes e humanos, com quem tive a honra de construir conhecimentos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Agradeço à minha coorientadora, Mestra Marilene Cassel Bueno, por ter sido incansável e por me ajudar nesse processo, e à minha orientadora, Professora Doutora Luciana Dias de Oliveira, por ter aceitado orientar meu trabalho e ter me acolhido tão bem neste momento.

Agradeço, por fim, a alguns profissionais que marcaram meu último ano da graduação: obrigada à nutricionista Vânia Frantz, com quem tive a honra de realizar meu estágio em saúde coletiva. Não existem palavras para mensurar todos os aprendizados; acompanhar uma profissional tão humana, engajada, responsável e informada foi uma experiência única em minha vida pessoal e, sobretudo, para iniciar a vida profissional. Obrigada, também, à minha mentora Suzana, por todas as conversas e reflexões sempre inspiradoras, com muito autoconhecimento e preparação para as próximas etapas da minha vida profissional.

## RESUMO

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) está fundamentada nos princípios da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e representa uma estratégia para promoção da saúde no ambiente escolar. Objetiva-se analisar os desafios do cotidiano de nutricionistas e educadores em escolas públicas brasileiras. Trata-se de estudo qualitativo realizado a partir de respostas de nutricionistas e profissionais de educação participantes do curso *Planejamento de ações de Educação Alimentar e Nutricional no Ambiente Escolar*, ofertado pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a um fórum sobre desafios para aplicação da EAN em escolas. Os dados, referentes a três edições do curso (2018 a 2020), foram analisados seguindo três etapas: pré-análise, exploração do material e interpretação dos depoimentos. As principais dificuldades se concentraram na atuação de nutricionistas. Especificamente, envolveram carga-horária inconsistente com as atividades programadas, número insatisfatório de profissionais em relação ao preconizado pela legislação, demanda extensa e dificuldade de atuação junto aos educadores. Ainda, observaram-se falta de apoio da gestão e de comprometimento dos gestores, falta de recursos humanos e financeiros e problemas relacionados à logística. Por fim, foram encontradas adversidades relacionadas ao ambiente alimentar e familiar, além de impactos socioculturais. As dificuldades demonstram a necessidade de maior controle das legislações, para que os aspectos estabelecidos sejam a realidade das Entidades Executoras. Por fim, é fundamental o diálogo entre os envolvidos nas ações de EAN no ambiente escolar: nutricionistas, educadores e gestores.

**Palavras-chaves:** EAN. Ambiente escolar. Educação a distância.

## ABSTRACT

Food and Nutrition Education (FNE) occurs under the principles of Food and Nutrition Security and the Human Right to Adequate Food and acts as a strategy for health promotion. The school environment is conducive to carrying out FNE actions. To analyze the challenges found in the daily lives of nutritionists and educators working in public schools in Brazilian municipalities. Methods: Qualitative study based on the responses of nutritionists and education professionals participating in the course Planning actions on Food and Nutrition Education in the school environment, offered by the Collaborative Center on School Food and Nutrition at the Federal University of Rio Grande do Sul. The responses of a forum on the challenges for carrying out Food and Nutrition Education in the school environment of participants in three editions of the course (2018–2020) were analyzed. Data were analyzed following three steps. The analysis techniques performed were firstly the pre-analysis, then the exploration of the material, and finally the interpretation of the statements. The results showed that the main difficulties found were concerning the performance of nutritionists, more specifically about the workload inconsistent with all scheduled activities, the unsatisfactory number of nutritionists in relation to what is recommended by legislation, the extensive work demand, and the difficulty in working with educators. Also, the difficulty regarding the lack of support from the management that addressed the commitment of managers to FNE, the lack of human and financial resources, and obstacles related to logistics. Finally, the adversities related to the food environment, which includes eating habits, family environment, socioeconomic conditions, and their impacts and sociocultural aspects that include culture, media, and their influences. The difficulties reported demonstrate the need for greater control of the Program's legislation so that what is recommended by law is in accordance with the reality of the Executing Entities. Finally, there is a need for dialogue between all those involved in FNE actions in the school environment: nutritionists, educators, and managers. The three axes must be in agreement, with the awareness of the difficulties and the needs, to fully realize the FNE.

**Keywords:** Food and nutrition education. School environment. Distance learning.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2 REVISÃO DA LITERATURA .....</b>	<b>9</b>
2.1 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	9
2.2 EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL .....	12
2.3 PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO AMBIENTE ESCOLAR.....	15
2.4 AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL E O CURSO DE CAPACITAÇÃO <i>PLANEJAMENTO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO AMBIENTE ESCOLAR</i> .....	17
<b>3 JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>20</b>
<b>4 OBJETIVO.....</b>	<b>21</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>22</b>
<b>ARTIGO.....</b>	<b>26</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é responsável pela garantia da alimentação escolar a todos os alunos matriculados na atenção básica das escolas públicas brasileiras, conforme descrito na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. O PNAE é uma importante política de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e tem como objetivos a formação de hábitos saudáveis, o aumento do desempenho escolar, o crescimento e o desenvolvimento dos alunos (BRASIL, 2009).

O PNAE apresenta como obrigatoriedade a inclusão do nutricionista como responsável técnico pela alimentação escolar, descrevendo suas funções. De acordo com a legislação, cabe a esse profissional fomentar ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nesse ambiente. Em concordância, a Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), apresenta, no terceiro capítulo, os conceitos e princípios da EAN, enfatizando que suas ações devem ser planejadas, executadas e documentadas (BRASIL, 2020a).

Nesse sentido, em 2012, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) elaborou o *Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas*, cujo objetivo é a promoção de reflexões e práticas sobre a EAN, com a finalidade de aperfeiçoar suas ações, melhorando a qualidade de vida da população. O documento aborda os nove princípios para a realização de ações de EAN, a saber: a importância da sustentabilidade tanto no meio econômico quanto ambiental, o sistema alimentar em sua plenitude, o respeito e a valorização da cultura, a culinária como instrumento de autonomia alimentar, o autocuidado e a importância da educação, as diversidades de práticas, a intersetorialidade, bem como o planejamento, o monitoramento e a avaliação das ações (BRASIL, 2012, p. 24–29).

As ações de EAN ocorrem de maneira intersetorial e, no ambiente escolar, o tema foi incorporado nos currículos, gerando maior envolvimento da comunidade, diversidade de alimentos e ações práticas associando conhecimentos técnicos e populares (BRASIL, 2012). Assim, no caderno *Princípios e Práticas para Educação Alimentar e Nutricional*, verifica-se que, para a consolidação das ações de EAN, são fundamentais uma mudança cultural no sistema de organização dos serviços e o desenvolvimento de novas percepções que permitam a transição de saberes e diálogo entre os profissionais envolvidos. Ainda, o documento aponta a importância

de se proceder a uma revisão do processo de formação desses profissionais (BRASIL, 2018).

Em uma conjuntura como a atual, na qual as pessoas estão cada vez mais expostas a alimentos que vão de encontro ao preconizado pelo *Guia Alimentar para a População Brasileira*, que recomenda o consumo majoritário de alimentos minimamente processados e *in natura* (BRASIL, 2014), é primordial investir em capacitações e cursos voltados ao aperfeiçoamento da EAN, principalmente no ambiente escolar, que é um local estratégico para essas ações (MAGALHÃES; PORTE, 2019). Além disso, é necessário capacitar os profissionais envolvidos e diagnosticar os problemas existentes em seus cotidianos, para buscar meios de solucioná-los, melhorando a qualidade e constância das ações de EAN.

Tais aspectos demonstram a importância de identificar os desafios vivenciados pelos profissionais envolvidos na comunidade escolar e a necessidade de capacitá-los e instrumentalizá-los. Nesse sentido, o curso *Planejamento de Ações de Educação Alimentar e Nutricional no Ambiente Escolar*, ofertado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), apresenta como objetivo instruir os profissionais das áreas da educação e da nutrição atuantes no PNAE a realizarem ações de EAN transversais, transdisciplinares e permanentes como forma de incentivo à alimentação saudável.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O PNAE, gerenciado pelo FNDE e vinculado ao Ministério da Educação (MEC), é um dos mais antigos programas que atua em defesa da SAN. A alimentação escolar é um direito de todos os alunos da educação básica pública, como estabelece o Artigo 3º da Lei nº 11.947/2009 (BRASIL, 2009). Esse programa está inserido nos 5.570 municípios brasileiros, atingindo mais de 40 milhões de estudantes em 150 mil escolas. A distribuição do recurso financeiro pelo FNDE tem como objetivo ser fonte de apoio a Estados, municípios e escolas federais, com caráter suplementar. O repasse ocorre em 10 parcelas, disponíveis para os duzentos dias letivos, e varia de acordo com o número de alunos matriculados (BRASIL, 2017a).

Desde que foi criado, o PNAE sofreu grandes mudanças e atualizações. Sua implementação ocorreu no início da década de 1940, quando o Instituto de Nutrição tinha como proposta a oferta da alimentação pelo Governo Federal aos estudantes escolares, o que acabou não se concretizando por falta de verbas (BRASIL, 2017b). Na década de 1950, foi então criado um Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, nomeado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil, que se constituiu no primeiro programa de merenda escolar com garantia pública (BRASIL, 2017b). Após alguns anos, em 1979, o programa passou à denominação atual — PNAE —, porém ainda era subordinado ao Ministério da Educação; já 1988 fica marcado por ser o ano em que é promulgada a Constituição Federal, quando a alimentação escolar passa a ser direito de todos os alunos do Ensino Fundamental.

Um ponto de grande importância do PNAE ocorreu em 1994, quando houve a descentralização dos recursos financeiros (BRASIL, 2017b). Antes disso, o órgão responsável do Governo elaborava os cardápios, adquiria os alimentos, controlava a qualidade e, ainda, era responsável pela distribuição para todo o território nacional. Em 1998, o FNDE passa a gerenciar o PNAE, consolidando o processo de descentralização, conforme Medida Provisória nº 1.784, de 14, de dezembro de 1998 (BRASIL, 1998).

Em 2006, as grandes conquistas do PNAE foram a obrigatoriedade da inserção do nutricionista como responsável técnico pela alimentação de escolares e a

colaboração entre FNDE e instituições federais de ensino superior, o que resultou na criação dos Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar (CECANES).

Em 2009, foi aprovada a Lei nº 11.947, que, entre seus objetivos, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar. Um importante avanço dessa lei envolveu a alteração do processo de compras dos alimentos. Assim, o PNAE passou a garantir que 30% do valor repassado pelo FNDE fosse destinado para compra exclusiva de alimentos provenientes da agricultura familiar. Atualmente, o PNAE tem como objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2009).

Para Machado *et al.* (2018), a compra de produtos da agricultura familiar é um incentivo para o desenvolvimento das comunidades. Ainda nessa perspectiva, o autor refere que o nutricionista desempenha importante papel como responsável técnico, principalmente para incentivar as compras de alimentos provenientes da agricultura familiar. Conforme Elias *et al.* (2019), ao analisar as compras provenientes diretamente da agricultura familiar em município de Santa Catarina, houve impacto positivo ao promover geração de empregos, aumento da remuneração do trabalho e ao proporcionar movimentação econômica.

Ainda, a obrigatoriedade de compra de alimentos advindos da agricultura familiar beneficia uma alimentação saudável à população, bem como valoriza práticas sustentáveis para o meio ambiente e colabora para o subsídio de pequenos produtores (BONDUKI; PALOTTI, 2021).

Segundo Führe e Triches (2017), além de beneficiar os estudantes, a compra de alimentos procedentes da agricultura familiar também tem impacto positivo nas famílias dos agricultores. Entre os benefícios apresentados em seu estudo, estão o incentivo à cultura alimentar local, garantia de renda, impacto positivo no desenvolvimento local e o respeito à biodiversidade e à sustentabilidade.

Atualmente, o PNAE beneficia milhões de estudantes (como prevê o Artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal), garantindo alimentação de qualidade e saudável a todos os alunos da educação básica (BRASIL, 1988). Desse modo, o contribui para o fortalecimento da SAN, que é garantida pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que define a SAN como o direito de todos ao acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequadas, sem

comprometer o acesso a outras necessidades essenciais (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR, 2010). Além de respeitar a diversidade cultural e ser ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável, a SAN está relacionada à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Os objetivos da SAN são o incentivo à agricultura familiar, a conservação da biodiversidade, promoção de saúde, com ênfase nas populações em vulnerabilidade social, a garantia da qualidade dos alimentos em níveis sanitários e biológicos, o respeito às diversidades étnicas e culturais, a garantia de acesso à informação e a elaboração de políticas públicas (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR, 2010).

Assim, o *Guia Alimentar para a População Brasileira*, publicado em 2014, recomenda aos governos sempre atualizarem suas diretrizes sobre alimentação e nutrição. Trata-se de um documento de caráter intersetorial cujo objetivo é melhorar os padrões de alimentação e nutrição da população e contribuir para a promoção da saúde (BRASIL, 2014). O *Guia Alimentar* integra a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), pois atua como estratégia na promoção de alimentação adequada e saudável, estando fortemente relacionada ao DHAA. No documento, citam-se cinco princípios para a alimentação saudável e adequada, a saber: alimentação é mais do que ingestão de nutrientes; recomendações sobre alimentação devem estar em sintonia com seu tempo; alimentação adequada e saudável deriva de sistema alimentar social e ambientalmente sustentável; diferentes saberes geram conhecimento para a formulação de guias alimentares; guias alimentares ampliam a autonomia nas escolhas alimentares (BRASIL, 2014). Além disso, em razão de sua característica intersetorial, o *Guia Alimentar* pode ser aplicado em diferentes ambientes, como nos próprios lares, em unidades de saúde e nas escolas (BRASIL, 2014). Seu emprego em ambientes escolares reforça o grande papel de EAN exercido pelo documento.

Neste contexto, a Lei nº 11.947/2009 (BRASIL, 2009) e a Resolução nº 6/2020 do FNDE (BRASIL, 2020a) garantem a execuções de ações de EAN nos currículos das escolas da atenção básica pública, sendo um dever do Estado promover e incentivá-las conforme descrito nas legislações.

Assim, Resolução FNDE nº 6/2020 considera que:

[...] o papel a ser desempenhado por ações educativas que perpassem pelo currículo escolar abordando o tema alimentação e nutrição no processo de ensino e aprendizagem, na perspectiva da promoção de práticas saudáveis

de vida e da segurança alimentar e nutricional, em atendimento à inclusão da educação alimentar e nutricional como tema transversal do currículo escolar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, pela Lei nº 13.666/ 2018, e em consonância com o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas.” (BRASIL, 2020a).

Ainda, a Resolução nº 6/2020 estabelece as diretrizes para elaboração dos cardápios da alimentação escolar. Aponta-se a obrigatoriedade inerente ao responsável técnico do PNAE de elaborar o cardápio, utilizando como base alimentos *in natura* ou minimamente processados, respeitando a cultura, seguindo princípios de sustentabilidade, sazonalidade e diversidade agrícola da região, com o intuito de promover a alimentação saudável. Na Resolução nº 6/2020, também constam dados quantitativos sobre refeições, calorias, macronutrientes, frutas e hortaliças de acordo com a modalidade estudantil, período diário de permanência nas escolas e creches, assim como a faixa etária dos estudantes. Ainda, é necessário que a entidade executora aplique testes de aceitabilidade dos cardápios pelos estudantes (BRASIL, 2020a)

Considerando-se que os cardápios além de terem importância técnica, também são importantes quando trabalhamos com a EAN, visto que a alimentação dos estudantes em seus cotidianos no ambiente escolar atua como uma ação de Educação Alimentar e Nutricional, temática que será abordada no tópico seguinte.

## 2.2 EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A EAN é o campo do conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para assegurar o DHAA (BRASIL, 2018). Seus principais objetivos são incentivar a promoção à alimentação adequada para prevenir doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) e deficiências nutricionais (REDE BRASILEIRA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESCOLAR, 2019).

Atualmente, a EAN ganhou espaço e está inserida em políticas públicas que sustentam a SAN. No entanto, como descreve o *Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas*, de 2012, entre os anos 1940 e 1970, a EAN estava desacreditada (BRASIL, 2012). Na década de 1930, quando se iniciava no Brasil a criação das primeiras leis trabalhistas e estratégias de alimentação como

as cestas-básicas, as ações de EAN eram destinadas a famílias de menor renda. O objetivo da época atualmente é visto como preconceituoso, por não se importar com a cultura da população em destaque, já que apenas visava inserir alimentos não habitualmente consumidos.

Nas décadas de 1970 e 1980, o Brasil foi marcado pelo avanço do cultivo de soja, o que ocasionou um excedente de produção e voltou as ações de EAN à utilização do excesso de soja produzida. Assim, visando o interesse econômico, a soja foi implementada na então merenda escolar, apenas com o precedente de suas características nutricionais, porém deixou de valorizar a cultura e os aspectos sensoriais (BRASIL, 2012). Foi no início de 1990 que o tema voltou a ser destaque, em razão aumento do número de pesquisas comprovando a relação entre hábitos alimentares e DCNTs.

Ao final de 1990 e início dos anos 2000, a EAN passou a integrar congressos e ser estudada com novos focos de atuação. Criou-se o Programa Fome Zero (PFZ), cujos princípios abrangiam a transversalidade e a intersetorialidade de ações, aspectos em concordância com os preceitos dos pilares da SAN (BRASIL, 2010). Em 2001, inicialmente com a proposta do Instituto de Cidadania, o PFZ incluiu no currículo escolar do Ensino fundamental campanhas publicitárias e palestras sobre educação alimentar e educação para consumo. Após dois anos, a EAN ganhou espaço, com um notável crescente de ações realizadas na iniciativa pública, em restaurantes populares, bancos de alimentos, na atenção básica, PNAE e Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) (BRASIL, 2012).

Segundo a PNAN, publicada em 2012, a EAN é uma das estratégias atuantes no Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS). Seu objetivo é colaborar no

processo de diálogo entre profissionais de saúde e a população, de fundamental importância para o exercício da autonomia e do autocuidado. Isso pressupõe, sobretudo, trabalhar com práticas referenciadas na realidade local, problematizadoras e construtivistas, considerando-se os contrastes e as desigualdades sociais que interferem no direito universal à alimentação. (BRASIL, 2021a).

Outrossim, no documento da PNAN, a EAN é citada transversalmente em todas as diretrizes, demonstrando sua importância e intersetorialidade. A intersetorialidade no campo da EAN ocorre quando diferentes setores governamentais trabalham em conjunto pela garantia da alimentação adequada e

saudável às crianças. As ações intersetoriais são resultado de trocas construtivas de saberes, linguagens e práticas dos diversos setores envolvidos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2017).

A PNAN apresenta como pressupostos

a Alimentação como elemento de humanização das práticas de saúde; [...] o respeito à diversidade e à cultura alimentar; [...] o fortalecimento da autonomia dos indivíduos; [...] a determinação social e a natureza interdisciplinar e intersetorial da alimentação e nutrição; [...] a segurança alimentar e nutricional com soberania. (BRASIL, 2013).

Reforçando esse ponto, Baggio *et al.* (2021) concluíram que há necessidade de que ações de EAN sejam realizadas envolvendo as crianças e seus familiares, em conjunto com profissionais da saúde e educação, para reforçar o combate à obesidade infantil e promover mudanças de hábitos de vida.

Conforme referido no *Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas*, a EAN, em sua atuação no contexto de política pública, molda-se e se justifica dentro das diretrizes de cada área. Assim, suas ações estão divididas em nove princípios, quais sejam:

I Sustentabilidade social, ambiental e econômica; II Abordagem do sistema alimentar, na sua integralidade; III Valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas; IV A comida e o alimento como referências; valorização da culinária como prática emancipatória; V A promoção do autocuidado e da autonomia; VI A educação como processo permanente e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos; VII A diversidade nos cenários de prática; VIII Intersetorialidade; IX Planejamento, avaliação e monitoramento das ações. (BRASIL, 2021b).

Sob o mesmo ponto de vista, o *Guia Alimentar para a População Brasileira* traz a EAN como instrumento de autonomia à população, com o objetivo de fortalecer a independência e a liberdade de fazer escolhas e transformar realidades (BRASIL, 2014). Além disso, o documento aponta a importância da execução da EAN por diversos setores da sociedade, como saúde, educação, desenvolvimento social, desenvolvimento agrário e habitação. Apresenta, também, o objetivo que proporcionou sua criação: servir como um facilitador da compreensão do conceito, das características e dos determinantes que englobam a alimentação saudável, atuando como promotor de autonomia para pessoas, famílias e comunidades fazerem melhores escolhas de vida, contribuindo com a segurança alimentar e o DHAA.



Dessa forma, pode-se compreender que a EAN é uma estratégia importante e necessária para a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos. O ambiente escolar se torna propício para o desenvolvimento dessas ações, pois é nele que os estudantes são ensinados a ter um olhar crítico. Além disso, a escola atua na fase de formação de hábitos, e os professores são vistos como modelos de referência. Esses fatores contribuem para a que a EAN assuma papel primordial nas escolas e impacte positivamente todos os anos de vida dos estudantes.

### 2.3 PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO AMBIENTE ESCOLAR

Como abordado, a EAN pode ser desenvolvida em diversos setores; entre eles, o ambiente escolar. Conforme previsto na Lei nº 11.947/2009, a EAN está garantida na legislação, por isso é necessária a abordagem das temáticas sobre alimentação e nutrição e vida saudável na perspectiva da SAN durante o processo de ensino das escolas (BRASIL, 2009).

Conforme a Resolução do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) nº 465, de 23 de agosto de 2010, Artigo 3º, uma das atividades obrigatórias do nutricionista vinculado ao PNAE é propor e executar ações de EAN para a comunidade escolar, inclusive promovendo a consciência ecológica e ambiental, articulando-se com a direção e com a coordenação pedagógica da escola para o planejamento de atividades com o conteúdo de alimentação e nutrição (CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS, 2010). O papel do nutricionista responsável técnico é “[...] assumir as atividades de planejamento, coordenação, direção, supervisão e avaliação de todas as ações de alimentação e nutrição no âmbito da alimentação escolar.” (BRASIL, 2017c).

Além disso, o *Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas* indica a inserção de três principais agentes na aplicação da EAN: profissionais da área da saúde, profissionais da comunidade escolar e profissionais da área de desenvolvimento social (BRASIL, 2012). Nesse contexto, segundo a Resolução CFN nº 465/2010, a comunidade escolar é o conjunto de pessoas envolvidas diretamente no processo educativo de uma escola, composto por docentes, discentes, outros profissionais da escola, pais ou responsáveis pelos alunos e pela comunidade local. O documento também aponta avanços na

incorporação da temática de alimentação nos currículos e formação de educadores, além de maior envolvimento da comunidade, aumento da diversidade de alimentos e ações de EAN, proporcionando a aproximação dos meios e saberes técnicos e populares. (BRASIL, 2012).

De acordo com o caderno *Princípios e Práticas para Educação Alimentar e Nutricional* (BRASIL, 2018, p. 23) “[...] é importante que as práticas em EAN possibilitem aos sujeitos envolvidos no processo a oportunidade de serem agentes de suas próprias escolhas.”. Nesse contexto, segundo Silva *et al.* (2018), apesar de o nutricionista estar presente nas ações de EAN, os métodos utilizados ainda são incompatíveis com as necessidades para a construção desse conhecimento. No mesmo ponto de vista, Ramos, Santos e Reis (2013) afirmam que existe a necessidade de aperfeiçoamento dos métodos utilizados para se empregar a EAN, visto que o processo educativo é complexo e subjetivo, permeado de histórias de vida e crenças relacionadas à cultura alimentar local.

Conforme o *Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos*, os primeiros anos de vida da criança são fundamentais para a formação de hábitos saudáveis e manutenção da saúde. Além disso, a alimentação assume papel essencial na garantia do crescimento e desenvolvimento infantil (BRASIL, 2019). Para Baggio *et al.* (2021), os principais fatores envolvidos na obesidade infantil são a alimentação com excesso de calorias, porém com baixo valor nutricional, e um estilo de vida sedentário tanto em casa e quanto na escola. Nesse contexto, o *Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas* também aponta como desafios “[...] a dificuldade de ampliar, monitorar e difundir as ações de EAN no ambiente escolar; a escassez de materiais orientativos institucionais e a ausência de uma agenda intersetorial comum.” (BRASIL, 2012, p. 39).

Ainda, o estudo *Percepção dos nutricionistas do Programa Nacional de Alimentação Escolar sobre educação alimentar e nutricional* apontou que a formação dos profissionais participantes tem grande importância para aplicação da EAN no ambiente escolar. Dessa forma, é primordial a implementação de cursos e capacitações sobre EAN, com enfoque na integralização de equipes e planejamento de estratégias para que todos os envolvidos ampliem o olhar crítico do processo (SANTOS; CARVALHO, 2021).

Em seu estudo, Magalhães e Porte (2019) apontam que é importante instruir os educadores sobre a perspectiva humana de ensino da EAN, valorizando os

aspectos sociais, culturais, ambientais e psicológicos que englobam o ato alimentar, visto que os aspectos biológicos já parecem ser abordados nas escolas. Logo, a conscientização dos educadores é essencial, pois eles são os principais interlocutores para a formação de hábitos alimentares saudáveis nesses ambientes. Assim, a EAN pode ser trabalhada de maneira interdisciplinar ao longo do calendário escolar.

#### 2.4 AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL E O CURSO DE CAPACITAÇÃO *PLANEJAMENTO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO AMBIENTE ESCOLAR*

Para um adequado planejamento das ações de EAN no ambiente escolar, é, segundo o documento *Princípios e Práticas para Educação Alimentar e Nutricional*, (BRASIL, 2018, p. 39) “[...] essencial pensar nas pessoas, nas problemáticas, nos processos e no que se espera alcançar com o resultado das ações.”. São abordadas algumas questões-chave para o bom planejamento dessas ações, como identificação de problemáticas, definição de prioridades, identificação do público e dos parceiros, do local da prática, das intenções existentes com as práticas, definição de periodicidade, método de avaliação e escolha das metodologias (BRASIL, 2018).

Conforme citado por Contento (2011)<sup>1</sup> (*apud* Scarparo, 2017, p. 64), “[...] a EAN é considerada a associação de diferentes estratégias educativas, planejadas considerando o contexto de vida e a demanda do público-alvo [...]”. Segundo o *Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas* (BRASIL, 2012), um dos seis princípios para realização das ações de EAN é o “planejamento, avaliação e monitoramento das ações”. Este tópico aborda o planejamento como um processo para diagnóstico, identificando as prioridades e os objetivos, elaborando um plano de trabalho, organizando recursos e prevendo custos. O documento relata também a necessidade de o processo de planejamento ser participativo, com envolvimento dos indivíduos e grupos, que devem estar legitimamente inseridos nos processos decisórios (BRASIL, 2012).

Conforme Scarparo *et al.* 2017, o ambiente escolar se mostra um local favorável para o desenvolvimento de ações de EAN, e a temática alimentação

---

<sup>1</sup> CONTENTO, I. R. Nutrition education: linking theory, research and practice. 2. ed. Burlington: Jones & Bartlett Publishers, 2011.

saudável requer mais engajamento, a fim de melhorar a alimentação dos estudantes e construir saberes sobre o tema.

Sobre a definição de métodos para aplicar a EAN, o documento *Princípios e Práticas para Educação Alimentar e Nutricional* apresenta aprofundamentos e aborda algumas estratégias, como a utilização de recursos e meios participativos, problematizadores, lúdicos e colaborativos. No planejamento de ações, são expostas ações práticas, com o uso de alimentos em forma de desenhos e moldes ou *in natura*; ainda, podem ser utilizados filmes, músicas, poesias, cartilhas, revistas; aplicadas brincadeiras com fantoches e jogos, usando materiais reutilizados ou sucatas, assim como podem ser confeccionados de cartazes e murais (BRASIL, 2018).

A partir da perspectiva sobre a importância do planejamento das ações de EAN para o sucesso das atividades e impacto nos estudantes e nas comunidades, foi desenvolvido o curso de capacitação de *Planejamento de Ações de Educação Alimentar e Nutricional no Ambiente Escolar*, cuja primeira edição ocorreu em 2017 e contou com 240 participantes da área de nutrição e de educação. O curso é realizado no formato educação a distância (EaD), por meio do *software* Modular Object Oriented Learning Environment (Moodle), ferramenta empregada para gestão da aprendizagem e do trabalho colaborativo, que foi selecionada por ser utilizada e disponibilizada pela UFRGS. Em 2018, o curso ofertou 240 vagas para cursistas de 120 Entidades Executoras (EEx) brasileiras; em 2019, foram oferecidas 220 vagas para cursistas, correspondendo a 110 EEx; em 2020 foram ofertadas 100 vagas para EEx, que corresponde a 200 cursistas — metade para profissionais de nutrição e a outra parte para profissionais da educação em todas as edições.

O curso tem como objetivo “instrumentalizar profissionais atuantes no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), tanto da área de Nutrição como de Educação, para o planejamento e o desenvolvimento de ações transversais, transdisciplinares e permanentes de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) na comunidade escolar em que atuam” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2017). Atualmente, são ofertadas 60 horas, divididas em 8 módulos de atividades teóricas e práticas e discutidos embasamentos teóricos e práticos para que sejam realizadas as ações de EAN no ambiente escolar, por profissionais atuantes no PNAE.

Durante as aulas, os cursistas trabalham em duplas: um nutricionista e um educador, obrigatoriamente. Ao finalizar os estudos, espera-se que a dupla tenha

realizado um programa completo de EAN para seu município/Estado. Os conteúdos abordados nos módulos do curso estão previstos no Quadro 1.

Quadro 1 – Conteúdos previstos e carga horária no curso *Planejamento de Ações de Educação Alimentar e Nutricional no Ambiente Escolar*

<b>Módulos Previstos</b>	<b>Carga Horária (estimada)</b>
MÓDULO I — APRESENTAÇÃO E INSTRUMENTALIZAÇÃO Apresentação do curso e das ferramentas digitais e introdução ao debate da alimentação saudável	3 horas
MÓDULO II - INTRODUTÓRIO DHAA, SAN, PNAN, PNAE E AS; Dimensões do alimento e do ato de alimentar-se Conhecendo e reconhecendo os produtos alimentícios: alimentos <i>in natura</i> , minimamente processados, processados e ultraprocessados Transição alimentar e nutricional; Promoção da Saúde (PS) e Promoção da Alimentação Saudável (PAS)	7 horas
MÓDULO III — PAS no ambiente escolar DHAA, SAN, PNAE e AS (retomar os conteúdos abordados no módulo II); Legislação vigente sobre promoção da alimentação saudável no ambiente escolar Objetivos e diretrizes para a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar	10 horas
MODULO IV — Conceitos da Educação Conceitos básicos da educação para a EAN	5 horas
MÓDULO V — EAN Princípios para as ações de EAN: conceito de EAN; diretrizes da EAN; EAN no contexto do PNAE Planejamento de ações de EAN Objetivos das ações de EAN no ambiente escolar	10 horas
MÓDULO VI — EAN no ambiente escolar (parte 1) Planejamento de ações de EAN (Plano/Projeto/Programa) Estratégias e conteúdo para o planejamento Resgate do valor do alimento Cultura da alimentação Impacto da produção de alimentos no ambiente Influência da mídia na alimentação Hábitos alimentares Sustentabilidade EAN como tema transversal Realização de ações de EAN conforme os ciclos da vida: pressupostos teóricos para a realização de EAN Planejamento de ações de EAN (parte 2): conteúdos e estratégias	15 horas
MÓDULO VII — EAN no ambiente escolar (parte 2) Planejamento de ações de EAN Avaliação e monitoramento Entrega do projeto final da EAN na Wiki	5 horas

MÓDULO VIII — Fechamento Compreendendo e superando obstáculos para a construção de ações de EAN Envio do trabalho final Avaliação final do curso.	5 horas
<b>Total</b>	<b>60 horas</b>

Fonte: BRASIL (2020b).

### 3 JUSTIFICATIVA

A EAN está fundamentada nas perspectivas da SAN e na promoção da saúde, atuando como grande meio para prevenção e manejo de problemas alimentares e nutricionais da atualidade (BRASIL, 2012). Trata-se de um campo de práticas e conhecimentos que deve ser trabalhado de maneira intersetorial e multidisciplinar.

As ações de EAN no ambiente escolar são essenciais para reforçar e introduzir hábitos saudáveis na vida de crianças e adolescentes. No âmbito do PNAE, os principais responsáveis por essas ações são os nutricionistas responsáveis técnicos do programa e os educadores inseridos no cotidiano da vida dos estudantes.

Nesse sentido, o presente trabalho visa explorar as dificuldades relatadas pelos profissionais da saúde e da educação, no contexto do PNAE, para promover a reflexão e a aproximação dos possíveis manejos favoráveis com vistas à melhoria da qualidade das ações de EAN e, por conseguinte, da qualidade de vida e saúde dos sujeitos destas ações: os estudantes da educação básica pública.

#### **4 OBJETIVO**

Analisar os desafios da implementação de ações de EAN no ambiente escolar na perspectiva de nutricionistas e educadores de municípios e Estados de todo o território nacional.

## REFERÊNCIAS

BAGGIO, Maria Aparecida *et al.* Obesidade infantil na percepção de crianças, familiares e profissionais de saúde e de educação. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 30, n. e20190331, p. 1-13, 2021.  
<https://www.scielo.br/j/tce/a/mp3T7RYL7xwqt6ZRgfdQDZh/?lang=pt&format=pdf>

BONDUKI, Manuel; PALOTTI, Pedro. Entre chicotes e cenouras orgânicas: coerção e cooperação na implementação das compras da agricultura familiar no âmbito do PNAE. **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 4, e20190209, 2021. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/dados/a/q6GDcD393f9BfKKtNH5dYYf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 1 jan. 2017.

BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília, 2021. Disponível em: <http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/marco-de-referencia-de-educacao-alimentar-e-nutricional-para-as-politicas-publicas>. Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm). Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. **Medida provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998**. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/antigas/1784.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas/1784.htm). Acesso em: 12 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Alimentação e nutrição**. Brasília, 2017c. Disponível em:  
<https://www.fn-de.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-eixos-de-atuacao/pnae-alimentacao-e-nutricao>. Acesso em: 11. nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Histórico**. Brasília, 2017b. Disponível em:  
<https://www.fn-de.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>. Acesso em: 11 nov. 2021.



BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020a**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-6-de-8-de-maio-de-2020-256309972>. Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Cursos EAN**: relatório final. Brasília: MEC, 2020b.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Sobre o PNAE**. Brasília, 2017a. Disponível em: <https://www.fn.de.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae>. Acesso em: 11. nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Promoção da Saúde e da Alimentação Adequada e Saudável**. Brasília, 2021a. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/ape/promocao-saude/educacao>. Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: MS, 2014. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_alimentar\\_populacao\\_brasileira\\_2ed.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf). Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para crianças brasileiras menores de dois anos**. Brasília: MS, 2019. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia\\_da\\_crianca\\_2019.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia_da_crianca_2019.pdf). Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: MS, 2013. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_alimentacao\\_nutricao.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf). Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome zero**: uma história Brasileira: volume 1. Brasília: MDS, 2010. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília: MDS, 2012. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca\\_alimentar/caisan/Publicacao/Educacao\\_Alimentar\\_Nutricional/1\\_marcoEAN.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Educacao_Alimentar_Nutricional/1_marcoEAN.pdf). Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Princípios e práticas para educação alimentar e nutricional**. Brasília: MDS, 2018. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca\\_alimentar/caisan/Publicaca](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicaca)

o/Educacao\_Alimentar\_Nutricional/21\_Principios\_Praticas\_para\_EAN.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. **Resolução CFN nº 465, de 23 de agosto de 2010**. Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências. Brasília: CFN, 2010. Disponível em: [https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/resolucoes/res\\_465\\_2010.htm](https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/resolucoes/res_465_2010.htm). Acesso em: 11 nov. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR. **Lei de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: CONSEA, 2010. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 11 nov. 2021.

ELIAS, Lilian de Pellegrini *et al.* Impactos socioeconômicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar na agricultura familiar de Santa Catarina. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 57, n. 2, p. 215-233, 2019. <https://www.scielo.br/j/resr/a/gnWRtbf9XFfBjg7dhqk4rRr/?lang=pt&format=pdf>

FÜHR, Aline Luiza; TRICHES, Rozane Marcia. Qualidade da alimentação escolar a partir da aquisição de produtos da agricultura familiar. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 113-124, jul./dez. 2017.

MACHADO, Patrícia Maria de Oliveira *et al.* Compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): estudo transversal com o universo de municípios brasileiros. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 23, n. 12, p. 4153-4164, dez 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/QdL4Yswv459pkKsWdvMBqtt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2021.

MAGALHÃES, Heloísa Helena Silva Rocha; PORTE, Luciana Helena Maia. Percepção de educadores infantis sobre educação alimentar e nutricional. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 25, n. 1, p. 131-144, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/47ktF8tC8vHmskBBYrdHmTJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2021.

RAMOS, Flavia Pascoal; SANTOS, Ligia Amparo da Silva; REIS, Amélia Borba Costa. Educação alimentar e nutricional em escolares. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 11, p. 2147-2161, nov. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/YXdL5MRGStSFZsrKJV3FxcT/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 11 nov. 2021.

REDE BRASILEIRA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESCOLAR. **Educação Alimentar e Nutricional**. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://rebrae.com.br/index.php/atuacao-escolar/educacao-alimentar-e-nutricional-1>. Acesso em: 11 nov. 2021.

SANTOS, Priscila Sousa Oliveira dos; CARVALHO, Vivian Carla Honorato dos Santos de. Percepção dos nutricionistas do Programa Nacional de Alimentação

Escolar sobre educação alimentar e nutricional. **Demetra, Alimentação, Nutrição e Saúde**, v. 16, n. e51296, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/51296/37221>. Acesso em: 11 nov. 2021.

SCARPARO, Ana Luiza Sander. **Crenças sobre o ensino da temática alimentação saudável no ambiente escolar**. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SILVA, Simoni Urbano da *et al.* As ações de educação alimentar e nutricional e o nutricionista no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 8, p. 2671-2681, ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/K5cbPVhd3tn4gPwQQmYg5km/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 11 nov. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar. **Cartilha do curso planejamento de ações de educação alimentar e nutricional no ambiente escolar**: material de apoio. Porto Alegre: CECANE, 2017.